



USINA SANTA ADELIA

Usina Santa Adélia S/A

CNPJ: 50.376.938/0001-89 - NIRE 35.300.024.508

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Realizada em 28 de Junho de 2024



Data, Hora e Local: 28 de junho de 2024, às 14h00, na sede da Companhia, localizada na Fazenda Santa Adélia, Rodovia SP 326, km 332, no município de Jaboticabal/SP, realizada de forma online permitindo a integração e comunicação entre os acionistas. **Convocação:** Convocação publicada nos prazos legais e estatutários, no Jornal a Tribuna de Ribeirão Preto, nos dias 19, 21 e 22/06/2024. **Presença:** Acionistas representando 76,79% das ações da companhia, superior ao mínimo legal para instalação da assembleia, todos com participação remota, cuja gravação da reunião ou cópia da tela, atesta a presença. Participam como convidados o diretor superintendente Josmar Verillo, diretor administrativo Tiago Novaes, gerente de controladoria Leandro Barbosa, o gerente da E&Y Auditores Independentes Ciro Brasileiro, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício e o Conselho Fiscal representado pelos membros Carolina Guerreiro, Rubens Zampieri e Paulo Pinto. **Mesa: Presidente:** Jucelino Souza, **Secretário:** Marcelo Galbiati Silveira. **Ordem do Dia:** 1 - Aprovar as demonstrações financeiras, contas e relatório da administração do exercício findo em 31/03/2024; 2 - Destinação do resultado do exercício, 3 - Remuneração Global dos Diretores e Conselheiros para o exercício de 01/04/2024 até 31/03/2025, 4 - Alterar os artigos 3º, 5º e 6º do estatuto social; e 5 - Continuidade do conselho fiscal. **Deliberações:** O Presidente esclarece que no silêncio as deliberações serão consideradas aprovadas. O acionista que se abster ou posicionar-se de forma diferente deverá se manifestar expressamente. Esclarece que a ata será lavrada na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º da Lei 6.404/1976. Após a análise e discussão, os acionistas decidiram: 1 - Os acionistas, por unanimidade, aprovam integralmente as demonstrações financeiras, contas e relatório da administração do exercício findo em 31/03/2024, auditadas e aprovadas sem ressalvas pela auditoria externa E&Y e aprovadas pelo conselho fiscal da Companhia. 2 - Os acionistas, por unanimidade, aprovam a destinação do resultado de R\$ 351.130.696,68 referente ao lucro líquido do exercício da Companhia, adicionado de R\$ 1.800.440,76 pela realização do custo atribuído e deduzida a reserva legal de 5% no valor de R\$ 17.646.556,87, totalizado o lucro líquido a destinar de R\$ 335.284.580,57, para distribuição da seguinte forma: a) R\$ 50.292.687,09, equivalente a 15% do lucro líquido, distribuídos aos acionistas na proporção de sua participação no capital, integralmente na forma de juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda, neste ato, capitalizados individualmente para cada acionista; e b) Destinação do saldo da reserva de lucros no montante de R\$ 284.991.893,48. Considerando que após a destinação do resultado, o saldo da conta de reserva de lucros excederá o valor do capital social da Companhia e diante do limite do artigo 199 da Lei 6.404/76, os acionistas aprovam o aumento de capital da Companhia em R\$ 145.000.000,00 sendo R\$ 144.999.677,57 pela redução do saldo da conta reserva de lucros, sem a emissão de novas ações e R\$ 322,43 referente ao aumento de capital aprovado na reunião do conselho de administração de 26/04/2024 com a emissão de 16.121.376 novas ações. Após estas destinações o capital social da Companhia passa de R\$ 415.000.000,00 para R\$ 560.000.000,00. 3 - Aprovar a remuneração global máxima dos conselheiros e diretores para o referido exercício em R\$ 11.509.220,00, incluindo a) Salários (Conselho e Diretoria); b) Remuneração Variável (Diretoria); e c) Benefícios, para o exercício de 01/04/2024 até 31/03/2025. 4 - Os acionistas, por unanimidade, aprovam a alteração do artigo 3º para inclusão de atividades secundárias no objeto social da companhia, correlatas as atividades principais nos itens "(g) a prestação de serviço agrícolas, inclusive na preparação de terreno, cultivo, colheita, pulverização e controle de pragas;" e "(h) a prestação de serviço de cessão de mão de obra para manutenção e reparo de máquinas e equipamentos industriais", aprovam a alteração do artigo 5º para refletir o novo capital social de R\$ 560.000.000, dividido em 189.933.644 ações ordinárias e aprovam a alteração do artigo 6º para inclusão de novo limite para o capital autorizado de R\$ 1.000.000.000,00. Ato contínuo os acionistas aprovam a consolidação do Estatuto Social com as alterações acima. 5 - Os acionistas aprovam a continuidade do conselho fiscal, pelo período até a próxima AGO na forma do artigo 161 da Lei 6.404/1976, mantendo os atuais membros e remuneração, que desde já fica aprovada como adicional ao item 3. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, declarou encerrados os trabalhos, foi lavrada a ata e a presença atestada pelo Presidente. Acionistas participantes: Aldeir Bellodi Pedro, Renata Bellodi, Luciano Dantas Bellodi e Cicero Torquato Junqueira Franco. Acionistas representados: Norberto Bellodi, Marcelo Bellodi, Igenes Padovani Bellodi, Roberta Bellodi e Zélia Bellodi representadas pelo acionista Aldeir Bellodi Pedro. Acionista Adele Mara Bellodi Machado representado pelo contador William Barbosa. Acionista Fúlvia Ortega Bellodi representada pelos curadores Adele, Marcelo e Norberto, respectivamente representados. Jaboticabal/SP, 28 de junho de 2024. Jucelino Souza - Presidente. Marcelo Galbiati Silveira - Secretário. **JUCESP** nº 308.708/24-6 em 22/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social da Usina Santa Adélia S/A** - CNPJ/MF nº 50.376.938/0001-89 - NIRE 35.3.00024508 - **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A Usina Santa Adélia S/A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor. **Artigo 2º.** A Companhia tem a sua sede e foro no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Fazenda Santa Adélia, Caixa Postal 54, CEP 14870-970, podendo abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: (a) o processamento, a industrialização e a distribuição de cana-de-açúcar e seus derivados em estabelecimento próprio ou de terceiros; (b) a comercialização de cana-de-açúcar e seus derivados em todo o território nacional ou no exterior; (c) a exploração das atividades agrícolas e pecuárias em terras próprias ou de terceiros, inclusive o plantio de cana-de-açúcar; (d) a produção e a comercialização de energia elétrica e todos os derivados provenientes da co-geração de energia elétrica a partir da utilização do bagaço de cana-de-açúcar; (e) a exploração de atividades secundárias relacionadas ao açúcar, álcool, derivados de cana-de-açúcar, agricultura e pecuária; e (f) a participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou acionista; (g) a prestação de serviço agrícolas, inclusive na preparação de terreno, cultivo, colheita, pulverização e controle de pragas; (h) a prestação de serviço de cessão de mão de obra para manutenção e reparo de máquinas e equipamentos industriais. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 560.000.000, dividido em 189.933.644 (cento e oitenta e nove milhões novecentos e trinta e três mil seiscentos e quarenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6º.** A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações. **§ 2º.** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição. **Artigo 7º.** Os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição de ações nos aumentos de capital da Companhia nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário. **§ 1º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se houver, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **§ 2º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, ressalvadas, no entanto, as matérias que exijam quórum qualificado, previstas em Acordos de Ações arquivados na sede da Companhia VI e na Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º.** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia objeto do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **§ 4º.** Para participar da Assembleia Geral, o acionista ou seu representante deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade e, adicionalmente, em caso de acionista pessoa jurídica, também de cópias autenticadas dos documentos societários que comprovem seus poderes de representação. **§ 5º.** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social da Companhia com 3 (três) dias de antecedência. **§ 6º.** As atas de Assembleia Geral deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e poderão ser publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por outro Conselheiro indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração para tanto ou, na ausência deste, pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia Geral em questão. O Presidente da Assembleia Geral indicará dentre os presentes aquele que exercerá as funções de Secretário. **Artigo 10.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; III. reformar o Estatuto Social; IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; VI. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia; VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício de dividendos; VIII. alterar o estatuto social e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e IX. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Capítulo IV - Órgãos da Administração - Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração - Artigo 11.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **§ 1º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **§ 2º.** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme se trate de membro do Conselho de Administração ou Diretor. **Artigo 12.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores. **Artigo 13.** As reuniões do Conselho de Administração, bem como as da Diretoria, serão validamente instaladas com a presença da maioria dos respectivos membros e deliberarão pelo voto da maioria absoluta dos presentes, devendo, contudo, ser observadas as regras e exceções previstas em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. **Parágrafo Único.** Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação escrita. **Seção II - Conselho de Administração - Artigo 14.** O Conselho de Administração será composto de 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. **§ 1º.** Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos Conselheiros, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos. **§ 2º.** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, os quais deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia. **Artigo 15.** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, que será nomeado pela maioria absoluta dos votos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. **§ 1º.** As reuniões do Conselho serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros em conjunto, mediante comunicado escrito (permitida a comunicação por meio eletrônico) entregue a cada Conselheiro com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 3 (três) dias de antecedência, em segunda convocação. Será considerada regularmente convocada a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho. O Conselho de Administração somente poderá deliberar acerca de matérias não incluídas na ordem do dia se assim aprovado pela unanimidade dos Conselheiros empossados. **§ 2º.** As Reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho ou, na sua ausência, pelo Conselheiro que for indicado pela maioria dos demais Conselheiros presentes à reunião respectiva. O Presidente da mesa de cada Reunião do Conselho de Administração deverá nomear um dos presentes (que não precisa ser Conselheiro) para atuar como Secretário, sendo que a mesa será responsável por anotar as discussões e deliberações em atas lavradas no respectivo Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que serão redigidas na forma resumida e registrarão a respectiva reunião, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião. **§ 3º.** Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão, que serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião, sempre observadas as exceções previstas em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia. **Artigo 16.** O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por mês, nas datas e horários que forem acordados na primeira reunião do Conselho que se realizar em cada exercício social, e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros nos termos do § 2º, deste artigo. **Parágrafo Único.** As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, *ressalvando-se que uma cópia devidamente assinada do voto proferido por qualquer Conselheiro que assim participar de reunião do Conselho, deverá ser enviado por e-mail ao Presidente do Conselho, no prazo de 2 (dois) dias após a reunião para o devido registro.* **Artigo 17.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe são conferidas por lei: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições; III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral; IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as

demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; VII. aprovar e rever anualmente: (a) o orçamento anual, concernente às receitas e despesas da Companhia; (b) o orçamento de capital, com destaque dos investimentos com efeitos de longo prazo; e (c) o plano anual de negócios, com especificação das operações básicas e os fundamentos e justificativas gerais para as estratégias adotadas; VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral; X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social; XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades; XII. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral; XIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; XIV. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros; XV. aprovar a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente cujo valor individual (ou agregado, no caso de operações realizadas dentro de um período de 12 meses) seja superior ao valor de alçada fixado no orçamento anual da Companhia; XVI. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam do assunto; XVII. aprovar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor previsto nos planos anuais de negócios e no orçamento da Companhia para o período em questão; XVIII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; XIX. instituir comitês de apoio às suas atribuições e estabelecer os respectivos regimentos e competências; XX. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e XXI. aprovar a prestação de fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando em favor de subsidiárias ou sociedades controladas pela Companhia. **Seção III - Diretoria - Artigo 18.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, os quais serão designados Diretor Superintendente e os demais Diretores sem designação específica. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. **§ 1º.** Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores. **§ 2º.** Nos casos de renúncia ou destituição do Diretor Superintendente, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. **§ 3º.** No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor Superintendente será substituído por qualquer um dos demais Diretores por ele designado. **§ 4º.** Compete ao Diretor Superintendente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital e do plano de negócios da Companhia; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração. **§ 5º.** Compete aos Diretores sem designação específica eleitos auxiliar o Diretor Superintendente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 19.** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixado pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 17 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente: I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; II. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; III. propor, ao Conselho de Administração, o orçamentos anual, o orçamento de capital e o plano de negócios, revistos e aprovados anualmente; IV. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do País ou do exterior; e V. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Artigo 20.** A Diretoria se reúne validamente com a presença de, pelo menos, 2 (dois) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Superintendente, e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes. **Artigo 21.** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Superintendente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Artigo 22.** As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e a local da reunião. **Artigo 23.** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 24.** A Companhia sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Superintendente ou por um procurador por ele nomeado, (ii) pela assinatura do Diretor Superintendente em conjunto com um procurador, desde que investido de especiais e expressos poderes; ou ainda (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. Excepcionalmente, e desde que aprovado pelo Conselho de Administração com descrição dos atos a serem praticados, a Companhia poderá ser representada pela assinatura de um Diretor apenas ou um procurador apenas. **§ 1º.** Todas as procurações serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor Superintendente, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicium*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado e outorgado apenas por 1 (um) diretor, quando este for o Diretor Superintendente, por meio de instrumento público ou particular. **§ 2º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando (i) em favor de subsidiárias ou sociedades controladas pela Companhia; ou (ii) expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião, nestes atos, representada por no mínimo 2 (dois) Diretores, ou por um diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 25.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 26.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal terão mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **§ 3º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado. **§ 4º.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente por ordem de idade a começar pelo mais idoso. **§ 5º.** Ocorrendo vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo em vago. **Artigo 27.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei. **§ 1º.** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§ 2º.** O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **§ 3º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Artigo 28.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Distribuição dos Lucros - Artigo 29.** O exercício social se inicia em 1º de abril e se encerra em 31 de março de cada ano. **Parágrafo Único.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 30.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 15% (quinze por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (f) o lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias será destinado à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social. **Artigo 31.** Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio dos últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **§ 1º.** Em caso de creditação de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **§ 2º.** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditação no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos e nos limites da legislação aplicável, sendo, ainda, deduzidos do dividendo obrigatório. **Artigo 32.** A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Artigo 33.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Artigo 34.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Da Liquidação da Companhia - Artigo 35.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo VIII - Disposições Finais - Artigo 36.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 37.** A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: ZNMRG-LMN4E-WJVM9-XLPVE

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA BARAO DO BANANAL L (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 27/08/2025 07:46 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/ZNMRG-LMN4E-WJVM9-XLPVE>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>